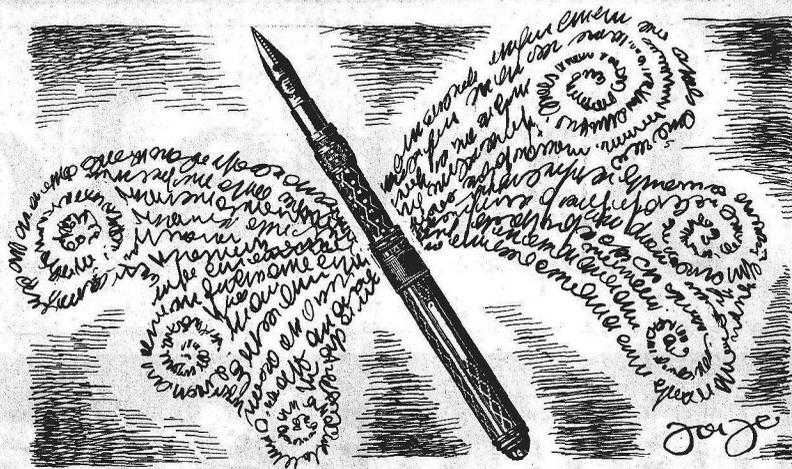


# Atenção às instituições

JORNAL DA TARDE

MARIA TEREZA SADEK

15 NOV 1993



## TÃO OU MAIS IMPORTANTE DO QUE A PUNIÇÃO DOS ENVOLVIDOS É A PREOCUPAÇÃO COM SOLUÇÕES DURADOURAS

com os despautérios que povoam o noticiário diário. Revelações de negociatas e de um incontável número de atitudes de desrespeito aos valores públicos dão alento a esta interpretação. Entretanto, a não ser que aceitemos que Deus ao criar o mundo deliberadamente concentrou o mal nestas paragens, e mais ainda naqueles que por alguma razão foram aquinhoados pela riqueza ou por cargos políticos, torna-se difícil de entender tamanha multiplicação de trapaças, negociatas e ilícitos de toda natureza.

Há, pois, que se procurar as causas dos males em outra parte. Se não pela dificuldade de transformar a alma humana, implícita na interpretação moralista, pela maior proba-

bilidade de se encontrar soluções que independam, pelo menos em parte, dos caprichos da natureza. Nesta ótica, tem-se que prestar atenção nas instituições. São elas que, em qualquer parte, norteiam os comportamentos, fornecendo regras, premiando e penalizando ações.

Um exame, ainda que superficial, dos atuais constrangimentos institucionais mostra que uma série de práticas condenáveis pelos princípios republicanos, para não dizer éticos e morais, é estimulada ou pelo menos não coibida. Basta deter-se sobre o foco do mais recente escândalo, que envolve, entre outros, parlamentares que participam da Comissão de Orçamento.

O orçamento é peça funda-

mental de todo governo. Nele estão estipulados os gastos, definidas as prioridades. Trata-se, pois, de organismo central. Apesar disso, quais têm sido as regras que regulam a sua composição, o seu funcionamento, o seu controle? Para dizer o mínimo, apesar da importância desta comissão, ela tem refletido em ponto menor a ausência de normas mais rígidas encarregadas de conformar todo o nosso sistema político. A permissividade é a característica marcante, tanto para a existência de partidos como para seu acesso ao Poder Legislativo, para o comportamento de parlamentares e, finalmente, para o controle de seus desempenhos por parte da população.

Se é, contudo, verdade que o Legislativo enquanto corpo reagiu prontamente às denúncias, criando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que esta tem tido um desempenho em tudo louvável, é importante que se retire desta experiência lições mais permanentes. Ou seja, tão ou mais importante do que a conclusão dos trabalhos, a punição dos envolvidos, é a preocupação com soluções mais duradouras. Deste ponto de vista, a própria Constituição de 1988 abriu as portas, determinando a sua revisão.

**A AUTORA**  
Maria Tereza  
Sadek é cientista  
política e  
professora da USP

